

260
ah

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
= C O C E P =

- ATA nº36/78 -

01. Aos vinte dias do mês de outubro de mil nove-
02. centos e setenta e oito, às 9 horas, previamente convocada, foi rea-
03. lizada uma sessão do Conselho Coordenador do Ensino e da Pesquisa, -
04. na Sala dos Conselhos Superiores, sede da Reitoria, presidida pelo -
05. Exmo. Sr. Vice-Reitor, Prof. Guido Kaster e com a presença dos se-
06. guintes conselheiros: Prof. Fernando Nova Cruz Diaz, Pró-Reitor de
07. Graduação e Assistência; Prof. José Passos Magalhães, Pró-Reitor de
08. Extensão, Profs. Sidney Rocha Castro, Castelar Braz Garcia, Teófilo-
09. Alves Galvão; Prof. José Carlos Lago, representante do Conselho Uni-
10. versitário e dos acadêmicos José Antonio Adamoli e Ademir Capelaro, -
11. representantes discentes. Havendo número legal de conselheiros pre-
12. sentes o Senhor Presidente deu por aberta a sessão, dizendo não cons-
13. tar da Ordem do Dia a ata da sessão anterior, já que na referida reu-
14. nião haviam sido convidados os senhores Coordenadores de todos os Co-
15. legiados de Cursos da UFPel e os assuntos tratados fizeram com que a
16. ata respectiva tivesse um número elevado de folhas, não tendo havido
17. tempo útil para o seu término e que a mesma seria trazida na próxima
18. reunião para apreciação e aprovação. Item 1. Proc. 7251/78 - Coorde-
19. nador do CAVG solicita a recontratação do Prof. Agustin Agapito Fran-
20. co. Disse que havia a exigência de aprovação pelo COCEP, após aprova-
21. ção a nível de Conselho Departamental, por dois terços de seus mem-
22. bros, para que, após aprovação quanto ao mérito, pudesse o pedido -
23. ser encaminhado ao Magnífico Reitor. - Disse querer deixar registra-
24. do ata, abrindo um parentesis na Ordem do Dia, a satisfação da presi-
25. dência, pela presença pela primeira vez hoje no COCEP, dos dois no-
26. vos representantes discentes, acadêmicos Admir Capelaro e José Anto-
27. nio Adamoli. Voltando ao item 1 da Ordem do Dia, disse que o pedido-
28. de recontratação do professor Agapito Franco, não vem com aprovação-
29. de nenhum outro órgão e tão somente o pedido do Sr. Coordenador, do
30. Conjunto Agrotécnico "Visconde da Graça", por motivo de ser um órgão
31. de segundo grau e não possuir, como é óbvio, Departamentos e Conse-
32. lho Departamental. Solicitou ao Secretário que procedesse à leitura -
33. do expediente onde é solicitada a recontratação do Prof. Franco. Foi
34. procedida a leitura e, após, procedida a votação secreta, foi aprova-
35. da a recontratação, quanto ao mérito, do Prof. Agustin Agapito Fran-
36. co, por 9 votos favoráveis, número da totalidade dos membros presen-
37. tes. Item 2. Proc. 9408/78. Diretor do Instituto de Biologia, solici-
38. ta a recontratação do Prof. Althen Teixeira. Procedeu-se da mesma -
39. forma que no item anterior, havendo ao final, sido aprovado o pedido
40. quanto ao mérito, por oito votos favoráveis e um contrário. Item 3.
41. Proc. 2425/78 - Requerimento de Trajano Lopes Bittencourt. Relator :
42. Prof. Fernando Nova Cruz Diaz. Disse o relator que o requerente ha-
43. via solicitado transferência do Curso de Direito da Fundação "Atila-

.....
K B

261
JUL

46. Taborda" para a Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas. Diz mais, que foi relator no Colegiado de Curso de Direito o Professor Gilberto Rodrigues Quadrado, argumentando em seu parecer a impossibilidade de transferência sob a alegação de que o Colegiado de Curso de Direito estabelecera como regra para transferência voluntária a exigência os limites mínimo de 27 e máximo de 135 créditos. Entende o peticionário que a regra adotada fere frontalmente o Regimento Geral da UFPel que não a exige, devendo o Colegiado de Curso, de acordo com o art. 169, parágrafo 2º, item III, manifestar-se somente quanto ao mérito da solicitação. Disse o Prof. Díaz que o processo havia sido encaminhado com esse recurso do requerente ao Senhor Presidente do COCEP que o despachou para a Comissão de Graduação para emitir parecer. A Comissão solicitou a audiência no processo, do Senhor Coordenador do Colegiado de Curso de Direito, Prof. José Rodrigues Gomes Neto, que assim se manifestou: "Deixando de lado a política do Colegiado na apreciação de pedidos de transferência, o caso em foco tem um impedimento regimental, eis que o requerente nunca foi aprovado em Concurso Vestibular para o Curso de Direito. Dessa forma, o Colegiado reitera seu parecer desfavorável exarado à fls. 6 do processo nº8959. (ass) José Rodrigues Gomes Neto, Coordenador do Colegiado de Curso de Direito". Informou o Prof. Díaz que o processo 8959, é o processo inicial de solicitação da transferência do requerente. Diz o parecer: - "O presente pedido, em decorrência da documentação aludida no despacho de fls. 1, ora apresentada passa a ser novamente examinado. O requerente postula a transferência do Curso de Direito de Bagé para o Curso de Direito da UFPel. O postulante ingressou no Curso de Direito após transferir-se do Curso de Ciências Econômicas da FURG. A efetivação da transferência do solicitante para o Curso de Direito da UFPel torna-se, conforme se nota do referido artigo 169 do Regimento Geral da UFPel, inconveniente. Na realidade, o Colegiado de Curso de Direito jamais aceitaria a transferência do requerente do Curso de Ciências Econômicas da FURG. Assim, também, por via oblíqua, não poderá fazê-lo." Face os pareceres acima, a Comissão de Graduação do COCEP exarou o seguinte parecer: "Em reunião de 17/10/78 a Comissão de Graduação aprovou, por unanimidade, o parecer do Colegiado de Curso de Direito exarado às fls. 2 do presente processo, nº 2425/78." Posto em discussão o parecer da Comissão de Graduação, o Prof. José Carlos Lago apresentou proposição no sentido de que o processo fosse suspenso e, na próxima sessão, fosse convidado o Coordenador do Colegiado de Curso de Direito para prestar ao Conselho maiores esclarecimentos sobre o assunto, quando, então, os conselheiros teriam maiores subsídios para decidir. Posta em votação a proposição, foi a mesma aprovada. Item 4. Áreas de conhecimento - classificação dos Cursos de Graduação para atendimento ao disposto no art. 161 do Regimento Geral da UFPel. Disse o Senhor Presidente que de acordo com o Regimento Geral, existe um processo chamado de reopção, em que alunos passam de um curso para outro depois de ingressarem na Universidade. Mas, o processo está apresentando distorções, já que muitos depois de cursarem uma área biológica, tentam passar por exemplo para o Direito e vice-versa. E outros fazem "ponte", ingressando em cursos de menor demanda, buscando, após, transferência para outros cursos, em prejuízo daqueles que fizeram vestibular para o qual estão tentando a reopção. Disse que uma distribuição de áreas nunca havia sido regulamentada pela Universidade, e, agora, buscava o COCEP fazer uma tentativa neste sentido. Disse que a Pró-Reitoria de Graduação e Assistência havia procurado ouvir todos os cursos, buscando uma filosofia de consenso e procurando

.....
K R

100. os Coordenadores de Cursos e Diretores, localizando os Cursos nas áreas
101. em que os mesmos achavam que deviam ser localizadas. A palavra foi pas-
102. sada ao Prof. Diaz, para maiores explicações sobre o assunto. Disse o
103. Prof. Diaz que o problema havia se originado do artigo 161 do Regimento
104. Geral da UFPel que diz que a Universidade atenderá as reopções, para -
105. cursos da mesma área. Disse que o Regimento, no entanto, não define es-
106. tas áreas com maior clareza. Disse que apenas o Estatuto define algu-
107. mas áreas, do ponto de vista de atividades do conhecimento humano que -
108. se farão na Universidade, não sendo essas áreas suficientes para uma
109. classificação mais adequada para atender o que preceitua o art. 161 ci-
110. tado, e que se refere à reopção. Disse que foi entendido que as reop-
111. ções deveriam ser orientadas dentro de áreas de conhecimento mais, por
112. uma atividade profissional do que por uma classificação muito genérica,
113. uma classificação mais filosófica. Disse que partiu-se de uma classifi-
114. cação do Conselho Federal de Educação, que é a classificação que ora é
115. proposta, com apenas uma variante: o CFE usa uma classificação em seis
116. áreas mas aqui estão sendo usadas cinco áreas, pois a sexta que o CFE -
117. prevê é a área de Letras e Artes separadamente, possuindo uma área de
118. Letras e outra área de Artes. Disse que, como nossa área de Letras é
119. ainda bastante incipiente, ficou esta agrupada, permanecendo a área de
120. Letras e Artes. Depois das consultas feitas foi elaborada uma classifi-
121. cação perfeitamente condizente com a do CFE, restando, apenas, o Curso-
122. de Ciências Domésticas, que tem uma classificação mais local. E, por
123. consulta aos dirigentes do Curso de Ciências Domésticas, julgaram que
124. deveria este curso ser classificado dentro da área de Ciências Agrárias.
125. Foi distribuída ao plenário, cópia da relação elaborada, para considera-
126. ção do plenário. Lembrou ao plenário que as cinco áreas já foram aprova-
127. das em reunião anterior, e se discutirá apenas a inclusão dos cursos na
128. diferentes áreas. I - Área de Ciências Exatas e Tecnologia: 1. Arquite-
129. tura e Urbanismo. 2. Formação de Professores de Cursos Profissionalizan-
130. tes. 3. Engenharia Agrícola. 4. Meteorologia. II - Área de Ciências bi-
131. ológicas e da Saúde: 1. Educação Física e Técnico de Desportos. 2. En-
132. fermagem e Obstetrícia. 3. Medicina. 4. Nutrição. 5. Odontologia. III
133. Área de Ciências Agrárias: 1. Engenharia Agrônômica. 2. Medicina Veteri-
134. nária. 3. Ciências Domésticas. IV Área de Ciências Humanas: 1. Direi-
135. to. 2. Estudos Sociais (Educação Moral e Cívica). 3. Pedagogia. V Área
136. de Letras e Artes: 1. Educação Artística. 2. Instrumento. 3. Canto. 4.
137. Graduação em Pintura, Escultura ou Gravura. 5. Graduação e Violino e
138. Flauta. O Prof. José Carlos Lago, disse querer saber porque o Curso de
139. Engenharia Agrícola não fora colocado dentro da área de Ciências Agrá-
140. rias. Disse o Prof. Diaz que inicialmente esse Curso fora colocado na ár-
141. ea de Ciências Agrárias, digo, Agrárias, para dar uma primeira partida-
142. no assunto. Reunido o Colegiado de Curso, este solicitou que fosse in-
143. cluído na área de Ciências Exatas e Tecnologia, por entenderem que os
144. objetivos da profissão estariam voltados mais diretamente para esta -
145. área. Após foi consultada a norma do CFE e lá também estava incluído o
146. Curso de Engenharia Agrícola na Área de Ciências Exatas e Tecnologia. -
147. O Prof. Lago disse que estava preocupado com este fato, pois o Curso de
148. Engenharia Agrícola está totalmente voltado para a área de Ciências -
149. Agrárias, pois, fora dessa área, nada mais o profissional poderá fazer.
150. Disse, por isso, querer saber dos motivos de que levaram o Colegiado de
151. Curso a querer incluí-lo na área de Ciências Exatas e Tecnologia, pois
152. devem existir outros motivos além do fato de estar incluído nessa área,
153. pelo Conselho Federal de Educação. Disse que a inclusão na área de Ciên-
154. cias Agrárias, traria oportunidade ao aluno, no decorrer do curso, de
155. poder, se assim julgar melhor para si, solicitar reopção para Agronomia.



263
Paul

156. Disse ainda que se tivesse aqui os currículos de um e de outro curso, ve-
157. riam que existem uma série de áreas comuns a ambos. Disse que os profis-
158. sionais de Engenharia Agrícola irão desempenhar suas funções especifica-
159. mente na área agrícola, pois não podem projetar construções ou realizar-
160. drenagens em zona urbana. Disse levantar o problema aqui e agora, pois
161. uma decisão hoje, poderia acarretar sérios prejuízos para os alunos. O
162. representante discente Ademir Enpelato foi, também, pela inclusão da En-
163. genharia Agrícola na área de Ciências Agrárias. O Senhor Presidente, fa-
164. ce as manifestações, sugeriu que fossem aprovadas as demais áreas, fican-
165. do em suspenso o caso da Engenharia Agrícola, quando então poderia ser
166. convidado o Coordenador do referido curso para, de viva voz, dizer das
167. razões que seu Colegiado entendeu a colocação na Área de Ciências Exatas
168. e Tecnologia, quando, então, teriam os senhores conselheiros maiores da
169. dom para julgar o assunto. O autor do projeto, Prof. Diaz, disse que via
170. com muitos bons olhos a participação do Coordenador do respectivo Colegi-
171. ado de Curso, já que o debate sempre traz novas luzes para os problemas.
172. Foi sugerido que ficasse também em suspenso o item 2 (Formação de Profes-
173. sores de Cursos Profissionalizantes) para posterior discussão. Quanto às
174. demais localizações pelas diferentes áreas, forem aprovadas por unanimi-
175. dade sem restrições. O Senhor Presidente disse que na reunião passada, -
176. havia sido ventilado o assunto da unificação de disciplinas na área bá-
177. sica. Como não é possível fazer todo esse levantamento de todas as disci-
178. plinas básicas de uma só vez, sugeriu que fosse feito por áreas e, após
179. aprovação por uma comissão onde participariam os Coordenadores dos Cur-
180. sos atingidos, viria para aprovação final pelo COCEP. Foi aprovado. Ou-
181. tro assunto da Presidência, é a aprovação de modelo de relatório das ati-
182. vidades docentes usado pela COPERT. Disse que deveria ser designada uma
183. Comissão para estudar o assunto, com a assessoria do Prof. Mário Rosa, -
184. que entende bastante do assunto, podendo trazer subsídios para o assunto.
185. Foi designada Comissão Integrada pelo Prof. Sidney Rocha Castro, José -
186. Carlos Lago e Teófilo Alves Galvão, com a assessoria do Prof. Mario Rosa.
187. Outro assunto trazido pelo Sr. Presidente, diz respeito a trabalho de le-
188. vantamento em todos os departamentos para saber do número de vagas a se-
189. rem abertas para concursos, já que, até o momento os concursos estão sen-
190. do abertos em função de professores habilitados para tal. Disse que não
191. quer a Reitoria cercear o professor de fazer seu concurso mas, sim, nor-
192. matizar, para que os concursos sejam abertos em função de vagas disponí-
193. veis e não em função de pessoas. Disse haver pedido ao Prof. Mário Rosa,
194. Assessor de Planejamento que fizesse esse levantamento, dentro das nor-
195. mas reguladoras da matéria existentes no Ministério da Educação e Cultu-
196. ra. Disse que será trazido agora um documento que será rapidamente expli-
197. cado, pela carência de tempo e, após poderia ser nomeada uma Comissão pa-
198. ra dar seu parecer conclusivo sobre o trabalho. Foi distribuída cópia ao
199. plenário para acompanhar o assunto que foi relatado pelo Prof. Mário Ro-
200. sa, que discorreu longamente sobre o que nele se contém. Ao final foi de-
201. signada Comissão para estudo do trabalho, composta dos seguintes profes-
202. sores: Prof. Fernando Nova Cruz Diaz, como Coordenador, Sidney Rocha Cas-
203. tro, representante da COPERT, Prof. Mário Rosa, Assessor de Planejamento,
204. João Oliveira Sebastião, Chefe do Serviço de Pessoal, e os representan-
205. tes das classes da carreira do magistério no Conselho Universitário, res-
206. pectivamente Alberto Rufino Rosa Rodrigues de Sousa, (titulares) Clíneia
207. Campos Langlois (adjuntos), Joaquim Alfredo Lhulier da Cunha (assisten-
208. tes) e o representante dos auxiliares de ensino Prof. José Carlos Lago.-
209. Na Comissão anteriormente nomeada, o Prof. Sidney Castro foi substituído
210. pelo Prof. Castelar Braz Garcia. A sessão foi encerrada e, para constar,
211. eu, Paulo Machado Vieira, Secretário dos Conselhos Superiores, lavrei a
212. presente ata.-----

Kaut
Paulo Machado Vieira